



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade de contratação com fins ao fornecimento de lanche / coffee break para servidores e empregados públicos que participarão de cursos de capacitação na modalidade presencial a ser realizada pelo Município de Nova Friburgo, através da EFG- Escola Friburguense de Gestão, englobando os cursos a serem realizados em parceria com a ECG-Presente TCE-RJ, bem como, compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	12750/2025
Estudo Preliminar nº:	001/2025
Secretaria:	Controladoria-Geral do Município
Setor / Órgão:	Escola Friburguense de Gestão
Objetivo:	<i>Trata-se de estudos técnicos preliminares que visam uma solução para o fornecimento de café corporativo / coffee break para servidores e empregados públicos que participarão de cursos de capacitação promovidos pela EFG, na modalidade presencial, ao longo do exercício de 2025.</i>
Equipe de Planejamento:	Gestor: Alexandre Ricarte Ramalho- matr.: 199.498 De acordo: Kelle Barros Carvalho de Freitas - matr.: 115.143
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES	
<p>O Plano de Contratações Anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da Lei 14.133/2021 não foi regulamentado no âmbito do Município de Nova Friburgo, no entanto, a contratação que se pretende originar a partir desse estudo preliminar faz parte do planejamento estratégico anual da Escola Friburguense de Gestão no cumprimento de sua missão institucional junto aos servidores públicos municipais.</p>	
3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:	
<p>Fundamentação: (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).</p> <p>O Município de Nova Friburgo além dos cursos elaborados e promovidos internamente pela EFG, também fora provocado pela Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, acerca do interesse e a viabilidade de o Município ser contemplado com cursos de capacitação oferecidos pela ECG-Presente / TCE-RJ, conforme abaixo. Vale ressaltar que servidores de municípios vizinhos também terão a oportunidade de participação nas capacitações ECG, conforme controle e disponibilidade do TCE-RJ.</p> <p>No planejamento da EFG- Escola Friburguense de Gestão, pretende-se promoção de capacitação de aproximadamente 710 servidores, incluindo também de outros municípios que estarão presentes no Itinerante EGG-TCE-RJ, conforme se demonstra abaixo, utilizando-se ainda como base as as capacitações e quantitativo de servidores participantes.</p>	



QUANTITATIVO CAPACITAÇÕES EFG

SERVIDORES CAPACITADOS EM 2024

Descrição	Quant. participantes	Fornecimento de lanche através de aquisição
Higiene pessoal e social	22	Não
Noções básicas de primeiros socorros	751	Não
Escola de Contas e Gestão TCE-RJ	101	Não
Demais capacitações	300	Não
Noções básicas de primeiros socorros	17	Sim
Escola de Contas e Gestão TCE-RJ	203	Sim
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS	1394	
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS <u>COM</u> FORNECIMENTO DE LANCHE		220
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS <u>SEM</u> FORNECIMENTO DE LANCHE		1174

PREVISÃO DE QUANTIDADE DE SERVIDORES A SEREM CAPACITADOS EM 2025

Descrição	Quant. participantes	Fornecimento de lanche
Noções básicas de primeiros socorros	500	Não
Cursos a serem promovidos pelo município	300	Sim
Cursos em parceria com o Governo do estado do Rio de Janeiro (Direção defensiva e Off Road 4x4)	70	Sim
Escola de Contas e Gestão TCE-RJ	340	Sim
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS	1210	
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS <u>COM</u> FORNECIMENTO DE LANCHE		710
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS <u>SEM</u> FORNECIMENTO DE LANCHE		500



Cursos	Data	CH
Treinamento - SIGFIS 2024 (Módulo - Contábil) - ECG Presente	17/06/25	5h
ETP e TR fase preparatória da contratação sob o enfoque da Lei nº 14.133/2021	07/10/25 a 09/10/25	18h
Licitações, procedimentos auxiliares, Inexigibilidade sob a ótica da Lei nº 14.133/2021 - ECG Presente	29/09/25 a 03/10/25	30h
Implantação do Novo Marco Legal do Saneamento: as obrigações municipais quanto aos serviços de água e esgoto - ECG Presente	13/05/25 a 15/05/25	20h
Gestão e Fiscalização de Contratos sob o enfoque da Lei Federal nº 14.133/2021 - ECG PRESENTE	10/06/25 a 12/06/25	18h

Fora verificado através da Escola Friburguense de Gestão EFG que o Município de Nova Friburgo tem possibilidade e portanto, se compromete em fornecer toda a logística necessária a realização dos cursos de capacitação, incluindo a disponibilização de instalações adequadas para a realização das atividades propostas, recursos e equipamento, bem como, apoio administrativo conforme anexo I da ECG-Presente aprovado e enviado à Direção da Escola do TCE-RJ, cuja cópia segue apêndice ao presente ETP.

Desse modo, dentre os recursos que o Município se comprometeu em fornecer e dentro do apoio administrativo, encontra-se o fornecimento de lanche/ coffee break na parte da manhã e à tarde, nos intervalos das aulas. Por conseguinte, essencial o início do presente estudo para a contratação almejada. O Objeto que se pretende contratar deverá conter os itens/ gêneros alimentícios especificados a seguir e descritos no Documento de Formalização da Demanda.

Ainda, cumpre salientar que não há contrato ou ata de registro de preços vigentes para assegurar a presente contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Para adequada consecução do objeto pretendido, a fim de atender a demanda formalizada, a contratação deverá cumprir os seguintes requisitos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas desde a formalização da demanda:

Especificações complementares:

Os salgados devem ser pré-assados apresentados congelados com a finalidade de propiciar a utilização de fornos elétricos e/ou microondas para aquecimento no momento do consumo;

As especificações de sugestões de cardápios acima delineadas estão no Anexo I Documento de Formalização da demanda sendo reproduzidos nesse instrumento para melhor consecução deste estudo;



Os cardápios ora mencionados visam justificar a escolha de duas alternativas diversificadas para suprir a demanda dos cursos que serão ofertados gratuitamente pela ECG-Presente, necessitando oferecer aos servidores do município e adjacências um lanche mais reforçado devido ao tempo dos cursos;

No que se refere às especificações dos produtos descritos, informamos que não utilizaremos catálogo eletrônico de padronização, ante a sua inexistência neste momento. Nessa esteira, convém explicar, que a não utilização do catálogo eletrônico não fere o princípio da padronização, previsto no inciso I, do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que há discricionariedade da Administração Pública de utilizá-la como padrão referencial para especificação dos produtos e serviços ou não;

Os gêneros alimentícios ofertados deverão conter em sua embalagem a marca conforme proposta de preço apresentada na licitação, informação nutricional, data de fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos, a exigência de que a rotulagem, inclusive nutricional deverá estar em conformidade com a legislação vigente;

Os gêneros alimentícios ofertados deverão manter suas características sensoriais (odor, cor, textura, sabor e aspecto geral), bem como, condições satisfatórias da embalagem (Não estar furada, rasgada, amassada ou enferrujada);

Requisitos de Sustentabilidade:

O procedimento destina-se a garantir, além de outros princípios, a promoção do desenvolvimento sustentável, harmonizando-se com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, com espeque nos artigos 5º e 144, ambos da Lei 14.133/2021;

Ademais, a Instrução Normativa nº 01/2010, art. 3º da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Guia de Licitações Sustentáveis da AGU, dispõem sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública.

De acordo com o art. 5º da Lei n. 14.133/2021, será observado, nas contratações públicas, além de outros princípios, o princípio do desenvolvimento nacional sustentável. O art. 11, inc. IV, da mesma lei, prevê que o processo licitatório tem como um dos seus objetivos, incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável;

Considerando o Desenvolvimento Sustentável como diretriz para a mudança de rumos no desenvolvimento global, o fundamento deste conceito se dá através do uso racional dos recursos naturais, de maneira que as futuras gerações possam satisfazer suas necessidades, do mesmo modo que a atual, garantindo também a construção de uma sociedade justa, do ponto de vista econômico, social e ambiental;

Nesse contexto é lícito exigir que os fornecedores interessados em participar do certame licitatório tenham compromisso com a gestão empresarial pautada na sustentabilidade ambiental, econômica e social. E com base no compromisso socioambiental, com vistas ao desenvolvimento regional, as ações para manutenção do meio ambiente sustentável, deverão contemplar soluções, quer individualmente ou através de cooperações, associações, agentes sociais, empresas privadas ou organizações não governamentais, que possibilitem:



- 1) Uso racional da água utilizada nos processos de produção, estimulando, quando for o caso, sua reutilização, e realizar o lançamento de efluentes em corpos de água nos parâmetros da Resolução CONAMA 430/2011;
- 2) Segregação de resíduos sólidos - originados nos processos de produção ou obtidos na prestação do serviço - com base em sua constituição ou composição, conforme parâmetros da Resolução CONAMA Nº 275/2001, para tornar viável a coleta seletiva;
- 3) Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei n. 986/1969;
- 4) Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (RDC n. 429, de 08/10/2020, e Instrução Normativa ANVISA n. 75, de 08/10/2020), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC n. 326, de 03/12/2019 e da ANVISA), e proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei n. 9.832/1999);
- 5) Todos os itens, bem como, seus acessórios e componentes exigidos, deverão ser disponibilizados respeitando as principais normas técnicas da ABNT/ certificado pelo INMETRO;
- 6) Os gêneros alimentícios de origem animal e processados devem atender a legislação vigente, apresentando o devido registro sanitário. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (Suasa/Mapa) e os serviços de inspeção federal (SIF), estadual (SIE) ou Municipal (SIM), são órgãos ou serviços responsáveis pela concessão de registro e fiscalização. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA/ Ministério da Saúde ou seus postos (VISAs estaduais, distrital, municipais) são responsáveis pela avaliação sanitária no comércio varejista de produtos de origem vegetal, animal e demais produtos processados;

Isto posto, a presente contratação adotará os critérios de sustentabilidade previstos na Instrução Normativa n. 01/2010 art. 6º, II e IV da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Guia de Licitações Sustentáveis da AGU, quais sejam: a) adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e b) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

Requisitos quanto a habilitação/ qualificação técnica:

Como requisito de habilitação técnica será(ão) exigido(s) Atestado de capacidade técnica da licitante, emitido(s) por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada, que comprove de maneira satisfatória, a aptidão para desempenhos de atividade do objeto a ser licitado, correspondente de 10% (dez por cento) do quantitativo a ser licitado;

O atestado de capacidade é a forma pela qual se pode avaliar o relacionamento das proponentes com outros órgãos ou instituições públicas e privadas, visando assegurar que a contratação seja feita com fornecedores que possuem experiência com a execução do objeto da mesma natureza. Possui ainda, a finalidade de assegurar a comprovação, de maneira satisfatória, de que a empresa licitante detém capacidade logística na execução do objeto a ser contratado, relacionada à quantidade e ao prazo de



fornecimento, e reduzir riscos com a contratação de empresas que possam interromper o fornecimento dos itens, causando assim prejuízos a prestação dos serviços à Administração Pública;

A possibilidade de solicitação do atestado de capacidade técnica está prevista no Art. 67, caput e incisos da Lei 14.133/2021. 3.6. Para fins de contratação, esta Equipe de Planejamento entende que a empresa deverá possuir as seguintes comprovações para fase da Habilitação Jurídica;

Alvará de Licença Sanitária de titularidade da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

Em caso do Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) vencido, será aceito protocolo de revalidação, desde que a Vigilância Sanitária competente pela expedição do documento (municipal ou estadual) confira validade legal ao documento. Para tanto, deverá a empresa licitante apresentar cópia autenticada e legível da solicitação (protocolo) de revalidação, acompanhada da cópia de Licença Sanitária vencida;

Demais Atos Normativos Disciplinadores aplicáveis ao objeto da contratação:

Lei Federal n. 14.133/2021, que regulamenta a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637 de 12 de julho de 2018;

Código do Meio Ambiente do Município de Nova Friburgo, Lei Complementar n. 045 de 23 de dezembro de 2009;

Decreto Municipal n. 2.007 de 16 de fevereiro de 2023, regulamenta procedimento administrativo de para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral;

Resolução CFN 378/2005, que dispõe sobre o registro e cadastro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas e dão outras providencias.

Portaria Nº 326, DE 30 DE JULHO DE 1997, que “estabelece os requisitos gerais (essenciais) de higiene e de boas práticas de fabricação para alimentos produzidos /fabricados para o consumo humano”.

RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico e Boas Práticas para Serviços de Alimentação;

Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos;

Portaria nº 1428 de 26 de novembro de 1993, do Ministério da Saúde;

Requisitos Temporais: Condições de execução ou entrega:

No caso de serviços:

O prazo para início da execução dos serviços, caso venha a ser a solução mais adequada para atendimento da demanda, o que será verificado após o levantamento de mercado, deverá ocorrer no local, nas datas e horários indicadas na tabela a seguir, se iniciando no mínimo 01 hora antes de cada aula dos cursos indicados, contados do recebimento da nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente:

No caso de bens de consumo:

O prazo para entrega dos bens, caso venha a ser a solução mais adequada para atendimento da demanda, o que será verificado após o levantamento de mercado, deverá ocorrer na sexta feira anterior a semana



que inicia um determinado curso, conforme quantidades, local e horários estabelecidos, ou à critério da Contratante em caso fortuito:

Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração Pública Municipal;

Deverá fazer a substituição dos bens/serviços recusados, sem qualquer ônus para a Administração, quando apresentarem defeito ou divergência das especificações apresentadas, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da notificação formal, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990 e suas atualizações).

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Fundamentação: (Ver inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Tendo em vista a necessidade de planejamento da contratação, diante dos cursos que serão ofertados gratuitamente pela ECG-Presente, a equipe Administrativa da Escola Friburguense de gestão procedeu a especificação completa dos gêneros alimentícios para um total aproximado de 710 participantes entre professores, alunos, equipe administrativa e de apoio e convidados.

Com base nas aquisições já realizadas, revisão e adequação dos itens a serem adquiridos, segue relação dos produtos previstos para aquisição.

Vale justificar que as quantidades acima expostas se basearam no consumo realizado no exercício de 2024, nos quantitativos consumidos com base no número de participantes nas capacitações onde ocorreram o fornecimento de lanches, através de aquisição de gêneros alimentícios Dispensa eletrônica nº90005/2024, conforme quadro abaixo:

ITEM	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE
01	445484	ÁGUA MINERAL natural, sem gás, embalagem original 500ml	UN	200
02	463996	AÇÚCAR REFINADO sachê com 5g, caixa contendo 400 unidades	CX	02
03	340825	ADOÇANTE DIETÉTICO. Conteúdo líquido de 100 ml, a base de aspartame. A embalagem deverá conter os dados de identificação e informação nutricional. Validade mínima: 3 anos no ato de entrega.	UN	03
04	390166	BISCOITO DOCE TIPO WAFER, diversos sabores, acondicionado em embalagem original com no mínimo 90g, contendo a descrição das características do produto	UN	300
05	457255	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA, sem recheio e sem cobertura, sabores milho ou nata, embalagem de no mínimo 400 gr.	PCT	60
06	463551	ACHOCOLATADO LÍQUIDO PRONTO, tradicional, em embalagem original cartonada asséptica com no mínimo 1 litro	UN	150
07	460392	PÃO TIPO BISNAGUINHA, Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, sal, fermento e conservantes. Validade mínima: 7 dias na data da entrega. Embalagem: Saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, termossoldado, contendo entre 280 e 300 g.	PCT	175



08	460526	TORRADA tradicional em embalagem original com no mínimo 140g, contendo a descrição das características do produto.	UN	128	
09	610529	BOLO PRONTO INDUSTRIALIZADO, chocolate com baunilha (mesclado) ou laranja ou banana com canela, em embalagem original, com peso de aproximadamente 300g, contendo a descrição das características do produto	UN	150	
10	446651	QUEIJO PROCESSADO, UHT tradicional, em embalagem original com 04 unidades, com no mínimo 17g cada unidade	PCT	300	
11	216793	REQUEIJÃO CREMOSO, tradicional em embalagem com no mínimo 200g	UN	60	
12	462690	GELEIA DE FRUTAS (sabores: morango, laranja, damasco etc.) em embalagem original com no mínimo 300g, contendo a descrição das características do produto.	UN	20	
13	442810	SUCO DE CAIXA- Apresentação: Líquido, Sabor: variado(definir na entrega), Tipo: natural, características adicionais: pronto para consumo, sem conservante, embalagem tetrapak. Descrição complementar: embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem com data de validade mínima de 180 dias da data de entrega. Embalagens de 1l.	UN	200	
14	460593	MINI SALGADO DE FORNO (pastel de forno), pré-assado, congelado, sabores/ recheios: frango, carne, queijo, presunto e palmito, em embalagem original com no mínimo 400g	UN	130	
15	464400	MAÇÃ NACIONAL	KG	30	
16	464449	BANANA PRATA	KG	65	
17	618274	FILTRO(COADOR) DE PAPEL, descartável para café. Tamanho nº103. Textura 100% fibras celulósicas, dupla costura, isento de impurezas. Caixa com 30(trinta) unidades.	UN	06	
18	396052	GUARDANAPO DE PAPEL, folha dupla, 24x22cm aproximadamente, pacote com 50 unidades	UN	50	
19	607432	MEXEDOR PARA CAFÉ, madeira natural biodegradável de aproximadamente 16cm, pacote/ caixa com no mínimo 1.000 unidades	UN	03	



Nº do Item da Ata	DESCRIÇÃO	UNID	Quant. EMPENHADA 1794/2024 P. 9352/2024	TOTAL FORNECIDO NF 107/124/193/ 194/221	SALDO EM ESTOQUE	TOTAL CONSUMIDO CAPACITADOS 2024	TOTAL CONSUMIDO POR CAPACITADOS 2024	PREVISÃO CONSUMO POR SERVIDOR A SER CAPACITADO 2025	PREVISÃO CONSUMO 2025 DEDUZIDOS OS ESTOQUES
				Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.
1	ÁGUA MINERAL natural, sem gás, embalagem original 500ml	UN	160,00	60,00	0,00	60,00	0,27	193,64	193,64
2	AÇÚCAR REFINADO sachê com 5g, caixa contendo 400 unidades	CX	2,00	2,00	1,00	1,00	0,00	3,23	2,23
3	ADOÇANTE DIETÉTICO EM PÓ (stevia) sachê de no mínimo 0,6g, caixa contendo no mínimo 50 unidades	UN	8,00	8,00	2,00	6,00	0,03	19,36	17,36
4	BISCOITO SALGADO integral, acondicionada em embalagem original com no mínimo 120g, com 06 pacotes de no mínimo 20g	UN	200,00	50,00	2,00	48,00	0,22	154,91	152,91
5	BISCOITO DOCE TIPO WAFER, diversos sabores, acondicionado em embalagem original com no mínimo 90g, contendo a descrição das características do produto	UN	400,00	100,00	0,00	100,00	0,45	322,73	322,73
6	BISCOITO POLVILHO, tradicional, sem glúten, tipo peta ou rosquinha ou corujinha, em embalagem plástica original com 200g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	UN	90,00	40,00	8,00	32,00	0,15	103,27	95,27
7	ACHOCOLATADO LÍQUIDO PRONTO, tradicional, em embalagem original cartonada asséptica com no mínimo 1 litro	LT	240,00	60,00	6,00	54,00	0,25	174,27	168,27
8	PÃO DE BATATA em embalagem plástica original, com peso mínimo de 50g a unidade, isento de gordura trans.	KG	30,00	24,00	0,00	24,00	0,11	77,45	77,45
9	PÃO DE FORMA; tradicional acondicionado em embalagem plástica original com no mínimo 400g, contendo a descrição das características do produto. isento de gordura trans.	PCT	150,00	30,00	0,00	30,00	0,14	96,82	96,82
10	TORRADA tradicional em embalagem original com no mínimo 140g, contendo a descrição das características do produto.	UN	60,00	45,00	4,00	41,00	0,19	132,32	128,32
11	BOLO PRONTO CASEIRO, chocolate com baunilha (mesclado) ou laranja ou banana com canela, em embalagem original, com no mínimo 400g, contendo a descrição das características do produto	UN	120,00	60,00	0,00	60,00	0,27	193,64	193,64
12	QUEIJO MUSSARELLA fatiado, em embalagem plástica original com 500g. isento de gordura trans.	UN	15,00	15,00	0,00	15,00	0,07	48,41	48,41
13	PRESUNTO de 1ª qualidade, cozido, fatiado, acondicionado em embalagem original com 500g. Isento de gordura trans.	UN	15,00	15,00	0,00	15,00	0,07	48,41	48,41
14	QUEIJO PROCESSADO, UHT tradicional, em embalagem original com 04 unidades, com no mínimo 17g cada unidade	PCT	300,00	300,00	72,00	228,00	1,04	735,82	663,82
15	REQUEIJÃO CREMOSO, tradicional em embalagem com no mínimo 200g	UN	60,00	30,00	0,00	30,00	0,14	96,82	96,82
16	GELEIA DE FRUTAS (sabores: morango, laranja, damasco etc.) em embalagem original com no mínimo 300g, contendo a descrição das características do produto.	UN	40,00	22,00	12,00	10,00	0,05	32,27	20,27
17	SUCO DE FRUTA INTEGRAL DE UVA TINTO, sem adição de água, açúcares, corantes ou aromatizantes artificiais, não fermentado, em embalagem original com no mínimo 900ml.	UN	200,00	50,00	24,00	26,00	0,12	83,91	59,91
18	SUCO DE FRUTA INTEGRAL DE MAÇÃ, sem adição de água, açúcares, corantes ou aromatizantes artificiais, não fermentado, em embalagem original com no mínimo 900ml.	UN	100,00	50,00	0,00	50,00	0,23	161,36	161,36
19	SUCO DE FRUTA INTEGRAL DE LARANJA, sem adição de água, açúcares, corantes ou aromatizantes artificiais, não fermentado, em embalagem original com no mínimo 900ml.	UN	100,00	20,00	12,00	8,00	0,04	25,82	13,82
20	MINI SALGADO DE FORNO (esfira, pastel, etc.), pré-assado, congelado, sabores/ recheios: frango, carne, queijo, presunto, calabresa, em embalagem original com no mínimo 400g	UN	240,00	40,00	0,00	40,00	0,18	129,09	129,09
21	MAÇÃ NACIONAL	KG	30,00	17,00	0,00	17,00	0,08	54,86	54,86
22	BANANA PRATA	KG	30,00	20,00	0,00	20,00	0,09	64,55	64,55
23	GUARDANAPO DE PAPEL, folha dupla, 24x22cm aproximadamente, pacote com 50 unidades	UN	40,00	40,00	15,00	25,00	0,11	80,68	65,68
24	MEXEDOR PARA CAFÉ, madeira natural biodegradável de aproximadamente 16cm, pacote/ caixa com no mínimo 1.000 unidades	UN	5,00	5,00	3,00	2,00	0,01	6,45	3,45

Importante destacar que alguns itens fornecidos em contratação anterior, diante da dificuldade de manuseio, praticidade e transporte, foram eliminados e substituídos por outros, conforme demonstrado nas folhas 01 e 02 do DFD- Documento de Formalização de Demanda. Também há uma variação de quantitativo de alguns itens que reduziremos por conta da disponibilidade orçamentária e financeira do órgão.



6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Fundamentação: (Ver inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

O levantamento de mercado consiste em pesquisar e avaliar as alternativas possíveis de soluções para a demanda sob análise com o objetivo de identificar a existência de metodologias, tecnologias e inovações diversas que permitam a escolha pela solução que melhor atenderá às necessidades da Administração Pública.

Na forma do disposto no art. 18, §1º, da Lei Federal 14.133, quando do levantamento de mercado, para fins de identificação das possíveis soluções existentes, a equipe de planejamento deve evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, realizando uma análise comparativa entre as soluções identificadas, com objetivo de identificar a solução que apresente maior vantajosidade econômica, ganhos de eficiência administrativa, continuidade sustentável social e ambiental, incorporação de tecnologias, possibilidade de compra e opções menos onerosas à Administração Pública Municipal.

Salientamos que, em consulta às mídias, em especial ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), extraiu-se informações de que os certames licitatórios envolvendo o objeto são realizados nas seguintes modalidades: dispensa de licitação, pregão eletrônico e em alguns casos via sistema registro de preço, a depender das especificidades de cada órgão contratante, conforme se extrai dos dados abaixo transcritos:

Aviso de Contratação Direta nº 84/2024

Local: Cáceres/MT

Órgão: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Modalidade da contratação: Dispensa - Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Modo de Disputa: Dispensa Com Disputa

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 02/05/2024

Id contratação PNCP: 01367770000130-1-000087/2024

Fonte: AZ INFORMATICA LTDA

Objeto: Aquisição de lanches para atender os momentos de coffee Break das programações de recepção acadêmica dos cursos, semana científica, reuniões e eventos institucionalizados do ano letivo de 2024 da Unemat - Campus de Nova Xavantina-MT.

Informação complementar: Os refrigerantes deverão ter qualidade igual ou superior a coca-cola, pepsi, guaraná, antártica, kuat, fanta ou sukita. Unidade. Os produtos deverão ser entregues conforme demanda e à medida que forem solicitados. Os produtos do coffee break serão solicitados ao fornecedor com antecedência de 1 semana de acordo com a demanda dos eventos e reuniões, mediante confirmação prévia. O fornecedor deverá se programar para realizar a entrega no dia do evento conforme horário acordado entre as partes. Os produtos do Coffee Break serão entregues de forma fracionada, conforme demanda à medida que forem solicitados, estando os alimentos em condições próprias para consumo e as bebidas geladas.

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRAR\$ 12.113,60



Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/01367770000130/2024/87>

Aviso de Contratação Direta nº 90005/2024

Local: Nova Friburgo/RJ

Órgão: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

Modalidade da contratação: Dispensa - Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Modo de Disputa: Dispensa Com Disputa

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 23/08/2024

Id contratação PNCP: 28606630000123-1-000066/2024

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios para preparação de lanche/coffee break que serão ofertados durante a realização dos cursos de capacitação oferecidos pela Escola de Contas e Gestão (ECG) do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRAR\$ 18.639,00

Edital nº 01/2024/2024

Local: Nova Lima/MG

Órgão: NOVA LIMA CAMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico - Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Modo de Disputa: Aberto

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 19/04/2024

Id contratação PNCP: 20218574000148-1-000010/2024

Fonte: ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de buffet e fornecimento de lanches para os eventos do Legislativo Municipal

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRAR\$ 112.000,00

Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/20218574000148/2024/10>

Posto isto, dentre as soluções verificadas no mercado foram encontradas as seguintes soluções mais apropriadas ao requerido e possíveis:

- Cenário 1: aquisição de gêneros alimentícios para lanche e coffee
- Cenário 2: contratação de empresa especializada em serviços de buffet para lanche e coffee

Cenário 1: aquisição de gêneros alimentícios para lanche e coffee

Inicialmente, fora analisada a aquisição de gêneros alimentícios para lanche e coffee.



A solução apontada neste formato, implica na necessidade de ter profissionais/ servidores disponíveis do órgão demandante e/ou outros para atender as demandas de apoio operacional e administrativo na preparação dos lanches/ coffee para a Escola Friburguense de Gestão.

Nesse espeque, parece ser a solução mais adequada e vantajosa, visto que se utilizará de apoio operacional, administrativo para manuseio e preparo dos lanches pelos próprios servidores públicos do Município que serão designados para tal função, ante a adequação de espaço físico, bem como, a aquisição de variados produtos para elaboração dos cardápios simplificados.

Desse modo, não vislumbramos a realização de diversos processos para atingir um único objetivo, principalmente no que tange a ausência de complexidade do objeto, estimativa do quantitativo de e pessoal necessário.

Assim sendo, a título de exemplo, a aquisição dos gêneros alimentícios não implica na aquisição de outros equipamentos imprescindíveis para uma cozinha, visto que o espaço físico a serem utilizados contam com toda a estrutura física e de equipamentos necessária.

Nessa esteira, resta evidente que a solução como aquisição gera certa vantajosidade para a Administração Pública, observada a ausência de complexidade no objeto.

Cenário 2: contratação de empresa especializada em serviços de buffet para lanche e coffee

Por outro lado, verificou-se, em análise, outra solução de mercado encontrada, observa-se a contratação de empresa especializada com fornecimento de lanches/ coffee, ou seja, serviços de buffet sejam capazes de atender a demanda.

Acerca dessa temática, o principal benefício reside na efetivação da contratação de empresa apta para realizar o preparo, as entregas, organizar a mesa e servir aos convidados eventualmente, no entanto, não é possível garantir-se uma economia de escala, ante ao quantitativo razoavelmente pequeno do objeto.

Em pesquisa realizada em editais de outros estados, e municípios a qual a solução adotada foi a contratação de empresas especializadas no objeto em epígrafe, verificamos que o formato é utilizado quando a aquisição dos gêneros gera uma série de outras contratações, e/ou quando a necessidade do órgão se estende ao longo de um ano/calendário com vários eventos e que contempla vários outros órgãos, na medida em que levam em consideração a execução parcelada, ao passo que os órgãos da Administração definem um cronograma e formato dos seus eventos, estes sujeitos a alterações.

Registra-se que embora a contratação neste formato sugira a economicidade, uma vez que contratações isoladas para cada evento acabam por ser mais onerosas do que uma contratação única que visa proporcionar o fornecimento por demanda, necessário frizar que não no calendário de 2025 da EFG nenhum outro evento no porte da capacitação junto ao ECG presente que demandaria a disponibilização de lanches mais reforçados, e portanto, não parece a solução mais adequada e vantajosa sob o prisma de gastos público nesse caso.

Assim sendo, conclui-se que, já tendo como base o estudo realizado para atendimento do mesmo objeto de demanda no exercício anterior e das razões acima expostas, seguiremos a contratação para este exercício nos mesmos moldes da Contratação Direta nº90005/2024 realizada pelo município de Nova Friburgo, considerando que podemos avaliar como uma solução adequada, eficiente, vantajosa e econômica para o município. Uma vez que os próprios servidores da Controladoria Geral farão toda a gestão operacional da organização dos eventos de capacitação, sem custo adicional atribuído ao município.



7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: (Ver inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

A estimativa do valor da contratação realizada nos ETPs visa registrar o gasto estimado com a solução a ser escolhida, permitindo que a Administração Pública avalie a viabilidade econômica desta opção, considerando a adequação orçamentária do órgão/entidade. Tal estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade/aceitabilidade da proposta.

Desse modo, diante do baixo grau de complexidade do objeto pretendido, que não implicará outras contratações, conforme verificado desde a fase o planejamento dos cursos para que fosse possível a realização dos cursos promovidos pela EFG, a adesão ao Programa Anual de Formação e Capacitação da Escola de Gestão do Tribunal de Contas - ECG-presente, o agendamento do espaço físico, estruturas e equipamentos, a solução que melhor atende a necessidade da EFG é a aquisição dos gêneros conforme apurado quando do levantamento de mercado. Portanto, seguimos com estimativa de preços, que é ainda preliminar, tendo como objetivo dar uma noção do investimento necessário para a solução do problema:

ITEM	CATMA T	ESPECIFICAÇÃO	UN	QT DE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	445484	ÁGUA MINERAL natural, sem gás, embalagem original 500ml	UN	200	R\$1,07	R\$213,98
02	463996	AÇÚCAR REFINADO sachê com 5g, caixa contendo 400 unidades	CX	02	R\$38,54	R\$77,07
03	340825	ADOÇANTE DIETÉTICO. Conteúdo líquido de 100 ml, a base de aspartame. A embalagem deverá conter os dados de identificação e informação nutricional. Validade mínima: 3 anos no ato de entrega.	UN	03	R\$9,85	R\$29,54
04	390166	BISCOITO DOCE TIPO WAFER, diversos sabores, acondicionado em embalagem original com no mínimo 90g, contendo a descrição das características do produto	UN	300	R\$2,88	R\$865,00
05	457255	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA, sem recheio e sem cobertura, sabores milho ou nata, embalagem de no mínimo 400 gr.	PCT	60	R\$6,67	R\$400,20
06	463551	ACHOCOLATADO LÍQUIDO PRONTO, tradicional, em embalagem original cartonada asséptica com no mínimo 1 litro	UN	150	R\$5,34	R\$800,93
07	460392	PÃO TIPO BISNAGUINHA, Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, sal, fermento e conservantes. Validade mínima: 7 dias na data da entrega. Embalagem: Saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, termossoldado, contendo entre 280 e 300 g.	PCT	175	R\$9,40	R\$1.645,00
08	460526	TORRADA tradicional em embalagem original com no mínimo 140g, contendo a descrição das características do produto.	UN	128	R\$0,90	R\$115,20
09	610529	BOLO PRONTO INDUSTRIALIZADO, chocolate com baunilha (mesclado) ou laranja ou banana com canela, em embalagem original, com no	UN	150	R\$5,98	R\$897,00



		mínimo 400g, contendo a descrição das características do produto				
10	446651	QUEIJO PROCESSADO, UHT tradicional, em embalagem original com 04 unidades, com no mínimo 17g cada unidade	PCT	300	R\$1,16	R\$348,00
11	216793	REQUEIJÃO CREMOSO, tradicional em embalagem com no mínimo 200g	UN	60	R\$6,31	R\$378,80
12	462690	GELEIA DE FRUTAS (sabores: morango, laranja, damasco etc.) em embalagem original com no mínimo 300g, contendo a descrição das características do produto.	UN	20	R\$17,75	R\$355,07
13	442810	SUCO DE CAIXA- Apresentação: Líquido, Sabor: variado (definir na entrega), Tipo: natural, características adicionais: pronto para consumo, sem conservante, embalagem tetrapak. Descrição complementar: embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem com data de validade mínima de 180 dias da data de entrega. Embalagens de 1l.	UN	200	R\$8,56	R\$1.712,00
14	460593	MINI SALGADO DE FORNO (pastel de forno), pré-assado, congelado, sabores/ recheios: frango, carne, queijo, presunto e palmito, em embalagem original com no mínimo 400g	UN	130	R\$14,90	R\$1.937,00
15	464400	MAÇÃ NACIONAL	KG	30	R\$6,70	R\$200,90
16	464449	BANANA PRATA	KG	65	R\$4,13	R\$268,23
17	618274	FILTRO(COADOR) DE PAPEL, descartável para café. Tamanho nº103. Textura 100% fibras celulósicas, dupla costura, isento de impurezas. Caixa com 30(trinta) unidades.	UN	06	R\$3,98	R\$23,88
18	396052	GUARDANAPO DE PAPEL, folha dupla, 24x22cm aproximadamente, pacote com 50 unidades	UN	50	R\$3,44	R\$172,00
19	607432	MEXEDOR PARA CAFÉ, madeira natural biodegradável de aproximadamente 16cm, pacote/ caixa com no mínimo 1.000 unidades	UN	03	R\$34,86	R\$104,58
TOTAL ESTIMADO PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS						R\$10.543,71

Assim, o custo estimado com a presente contratação aquisição é de R\$ 10.543,71(dez mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e um centavos), as estimativas de preços foram apuradas mediante pesquisa de mercado efetuada junto Portal Nacional das Contratações Públicas e na contratação realizada pelo município através da Dispensa Eletrônica nº90005/2024, conforme se extrai dos dados acima transcritos, levando-se em consideração a média apurada para cada item, cuja comprovação segue anexa ao presente instrumento.



8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Fundamentação: (Ver inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Do explanado no item de “Levantamento de Mercado” e ainda, levando-se em consideração a estimativa de preços prévia no item anterior do presente ETP, constata-se que a solução mais adequada ao atendimento das necessidades da Escola Friburguense de Gestão é de fato a aquisição dos gêneros alimentícios necessários a preparação de café corporativo e lanche, conforme especificações, e condições previamente estabelecidas nos autos desde a formalização da demanda, e que se amolda na hipótese de Dispensa de Licitação (por valor) prevista no Art. 75, II da Lei 14.133/2021.

Convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

A Constituição Federal ao exigir o processo de licitação para as contratações da Administração Pública permite que a lei ressalve casos específicos:

(...)

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

(...)”

Desse modo, há situações que, apesar de gerarem vínculos entre a Administração e o particular, independem, por razões lógicas, de licitação. São aquelas em que a disputa se faz inconveniente, desnecessária ou impossível.

Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e celebração do contrato. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública.

Assim, conforme previsão do Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, com atualização dos valores, na forma do disposto no Decreto Federal nº12.343/24, o Decreto Municipal nº 3.358, de 28 de janeiro de 2025, trouxe em seu texto a possibilidade de realizar dispensa de licitações para contratação que envolva valores até R\$ 62.725,59 (sesenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras.



Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão, uma vez que o valor estimado que é ainda preliminar, tendo como objetivo dar uma noção do investimento necessário, a aquisição pretendida é de R\$ 10.543,71(dez mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e um centavos). Sendo assim, certificamos que a estimativa de preços oficial para aquisição ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa, tudo em conformidade com a IN SEGES ME nº 65/2021.

Deve-se ressaltar que os autos contêm toda documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, II, da Lei nº. 14.133/21, além do art. 5º, II, da IN SEGES/ME Nº. 67/2021. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, conforme indicação nos autos em sequência ao presente ETP.

Conforme previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei, as contratações diretas, pelo valor, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Fundamentação: (Ver inciso VIII do §1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Levando-se em consideração o disposto no art. 40, §2º, incisos II e III, da Lei 14.133/2021, e levando em consideração a orientação contida na Súmula n. 247, do Tribunal de Contas da União, a adoção do parcelamento da solução é a regra, razão pela qual é recomendável que a contratação seja organizada em itens, buscando a ampliação da competição e evitando a concentração de mercado, **no entanto, considerando presumida inconveniência de a Administração possuir inúmeros fornecedores, com maior probabilidade da ocorrência de transtornos referentes a entregas separadas, descontínuas e não sincronizadas, que em nada contribuem para o alcance do interesse público, esta-se adotando o critério de julgamento global.**

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Fundamentação: (Ver inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Alcançar benefícios diretos e indiretos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Aumento da eficiência administrativa, redução do número de licitações, seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública, redução dos custos, visando atender a Escola Friburguense de Gestão durante os cursos que são necessários para o desenvolvimento dos servidores e demais agentes públicos.

Os benefícios almejados residem em possibilitar fornecimento de coffee break e lanche nas capacitações, evitando na pausa do evento, deslocamento dos participantes, residindo no melhor aproveitamento dos cursos ofertados, com a permanência do maior número de participantes em toda a apresentação.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:



Fundamentação: (Ver inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Não serão aplicadas quaisquer providências a serem adotadas pela Administração Pública Municipal a fim de assegurar a contratação, uma vez que o objeto não exige qualquer especificidade quanto a sua operacionalidade. Ademais o espaço físico e estrutura mínima necessária já foram devidamente providenciados.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: (Ver inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Para a presente contratação, concomitante, em processo específico, haverá necessidade de aquisição de utensílios que comportarão os alimentos para exposição e realização dos cafés corporativo/ coffee break.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação: (Ver inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Devem ser atendidos ainda, conforme Guia nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis>;

Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 986/1969;

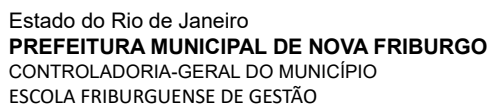
Para produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (RDC nº 429, de 08/10/2020, da ANVISA e a Instrução Normativa nº 75, de 08/10/2020 também da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 326, de 03 de dezembro de 2019, da ANVISA) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9.832/1999).

Ademais com o fito de aplicar o princípio da sustentabilidade previsto no Art. 5º da Lei 14.133/2021, necessária a observância que os produtos deverão ser nacionais e com baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens; e utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento (se for o caso), nos termos do Art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Fundamentação: (Ver inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Conforme fundamentação acima exposta, especialmente no que tange ao problema a ser resolvido, ou seja, fornecimento de café corporativo/coffee break aos servidores e empregados públicos do Município de Nova Friburgo e demais Municípios vizinhos, durante a participação nos cursos de capacitação



Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art.18 da Lei nº14.133/21.

Gestor:	De acordo:
<p>Alexandre Ricarte Ramalho Coordenador de Nível Intermediário Matr.: 199.498</p>	<p>Kelle Barros Carvalho de Freitas Controladora-Geral do Município Matr.: 115.143</p>

Nova Friburgo/RJ, 21 de maio de 2025